

SEGURANÇA PRIVADA E VIDA COTIDIANA: IMAGINÁRIOS DA INSEGURANÇA EM PELOTAS E RIO GRANDE - RS

ALEJANDRO R. MALDONADO FERMIN¹; MARIA THEREZA ROSA RIBEIRO²;

¹ Mestrando-bolsista do PPGS - Universidade Federal de Pelotas – amaldonadof@gmail.com

² Professora Doutora – Orientadora do PPGS - Universidade Federal de Pelotas –
mtherezaribeiro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este texto analisa a relação entre as práticas de consumo de dispositivos de securitização incorporados à paisagem urbana e as mudanças que acontecem no dia a dia das pessoas, nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS. Essa relação nutre-se dos imaginários da insegurança e é constitutiva do âmbito da segurança privada. Assim, partindo de uma abordagem sociológica que pretende dar conta dos aspectos socioculturais que dizem respeito àquela relação, neste texto oferecemos elementos que permitem compreender como em Pelotas e Rio Grande a insegurança tem se convertido no elemento justificador e moralizador do desenvolvimento do âmbito da segurança privada.

Estudos anteriores que têm focado em cidades maiores, tipicamente abordam problemáticas semelhantes partindo de questões como, por exemplo, o autoritarismo que percorre a sociedade brasileira e que se expressa em formas de violência (ADORNO, 1995); ou como uma acumulação social da violência que gera sujeição criminal (MISSE, 2010); ou como novas conflitualidades que operam a partir de uma microfísica da violência (TAVARES DOS SANTOS, 2009); dentre outros enfoques. Além disso, esses estudos ocupam-se das questões associadas à segurança pública ou cidadã, e não levam em consideração que precisamente devido à quebra desse monopólio da violência, tem surgido e se consolidado um conjunto de práticas, objetos e atores que compõem o âmbito da segurança privada, como forma de resposta que não necessariamente visa solucionar o problema geral da violência, da criminalidade ou da insegurança.

LORENC VALCARCE (2014; 2012) trabalha a segurança privada como um campo no qual são trocadas mercadorias que visam vigiar, resguardar e proteger às pessoas e os seus patrimônios. Para ele, é um fenômeno espalhado nas sociedades contemporâneas, que se nutre especialmente das situações vinculadas à insegurança, que lhe são funcionais ao ponto da insegurança ser uma categoria “[...] utilizada para explicar tudo e justificar tudo”, permitindo “às pessoas darem sentido a sua vida diária”, constituindo, pela sua vez, “o fundamento e a racionalização da mudança das suas práticas. Não sair à noite, evitar determinados lugares ou escolher uma moradia determinada pelo temor à insegurança passaram a serem fatos corriqueiros” (LORENC VALCARCE, 2014, p. 20, tradução nossa). No entanto, a insegurança não é apenas uma justificativa, mas uma materialidade que se expressa na paisagem urbana na forma de dispositivos de securitização.

A nova arquitetura dos grandes conjuntos imobiliários das cidades inclui agora uma piscina, um solarium e um jardim de inverno, ao mesmo tempo do que videocâmeras, guaritas para os zeladores e cercas perimetrais. Os alarmes proliferam nos locais comerciais e nas casas individuais dos bairros residenciais. As grades se generalizam nas moradias de todos os grupos sociais. [...] As ruas comerciais dos bairros entregam parte da sua vitalidade aos shoppings minuciosamente vigiados que oferecem aos visitantes

um meio tranquilo e protegido. Eis aí um conjunto de novas rotinas da vida diária – e de novas disposições dos objetos no espaço – que revelam transformações do laço social, bem como nos esquemas de percepção e sistemas de práticas de certos grupos sociais (LORENC VALCARCE, 2014, p. 19-20, grifos no original, tradução nossa).

Destarte, com LORENC VALCARCE (2012; 2014) é possível identificar dois eixos do âmbito da segurança privada que se entrelaçam de forma tal que não é possível mais analisar apenas um deles. Por um lado, o das transformações da paisagem urbana e, por outro, o da ressignificação de práticas que justifica-se pela consolidação de uma “cultura”. Assim, a ideia da insegurança passa a ser fundamental para justificar e racionalizar parte dessas mudanças, ao ponto que: “a extensão dos dispositivos privados de proteção deve considerar-se no quadro das novas configurações dos vínculos sociais e sistemas de crenças mais elementares” (LORENC VALCARCE, 2014, p. 20, grifos no original, tradução nossa). Esses vínculos sociais e sistemas de crenças que passam a estar sob influencia dessa noção ampla de insegurança, modelam *moralidades*, que são entendidas como aquelas exigências da sociedade que são interiorizadas pelos indivíduos de tal maneira que elas sejam as legitimadoras de suas atividades cotidianas (HELLER, 1994, p. 134). Além disso, essas moralidades estão vinculadas ao saber cotidiano que enquanto é entendido como as atitudes práticas cotidianas, definem o verdadeiro e o errôneo, o correto e o incorreto (HELLER, 1994, p. 337).

Essa dimensão moral passa a estar fundada na questão insegurança, que opera como princípio ordenador, como uma exigência da sociedade que é interiorizada pelos indivíduos e que gera atitudes práticas. Isto é, segundo HELLER (1994), que na vida cotidiana os indivíduos vão desenvolvendo suas atividades a partir de um conjunto de valorações intersubjetivamente construídas que permitem ter uma “cotidianidade bem sucedida”, moralmente aceitável.

Destarte, a partir de resultados ainda parciais obtidos na pesquisa de campo, apresentamos uma análise sucinta de como moradores e pequenos comerciantes das cidades de Pelotas e Rio Grande estão justificando mudanças na sua cotidianidade, isto é, consumindo dispositivos de securitização que transformam a paisagem urbana, a partir das ressignificações que elaboram dos imaginários sociais que dizem respeito à insegurança.

2. METODOLOGIA

Conforme GEERTZ (1992), esta pesquisa tem procurado uma *descrição densa* da questão dos imaginários da insegurança nas cidades de Pelotas e Rio Grande, tanto porque elas compartilham padrões socioculturais devido ao fato de ter uma história comum de complementaridade e rivalidade, quanto também devido a que, cada cidade, por si só, é um “microcosmo”, com densidade própria. Isto é, trata-se de um estudo de caso que abrange as cidades de Pelotas e Rio Grande. Nessa “descrição densa” temos conjugado dois tipos de procedimentos: observação, por uma parte, e aplicação de questionário e entrevistas, por outra, sendo os informantes pequenos comerciantes e moradores dessas cidades.

O primeiro dos procedimentos, diz respeito a uma aproximação etnográfica na que a observação sistemática das cidades tem sido fundamental. Essa observação a temos concentrado em áreas caracterizadas por serem centros de atividades vinculadas ao comércio e à moradia. Assim, para o caso de Pelotas, tem sido feita na área central conformada pelo bairro Centro, mas que tem abrangido também partes dos bairros Areal e Três Vendas naqueles lugares onde

eles são divisas do extenso centro pelotense. Para o caso de Rio Grande, a temos realizado também na área central, mas dando conta dos bairros Cidade Nova e Cassino. Junto à observação temos feito uma coleção de imagens daquele dispositivo de securitização que consideramos mais característico do âmbito da segurança privada: a *placa* de identificação do prestador de serviços. Contudo – e em menor medida – as imagens também são de outros dispositivos – grades, câmeras, cercas elétricas, carros-viaturas, dentre outros.

O segundo tipo de procedimento empregado, diz respeito à indagação nas significações que os indivíduos compartilham e constroem intersubjetivamente, e que conformam o substrato dos imaginários sociais. Para isso, temos aplicado, por uma parte, um questionário que explora quais as percepções e opiniões que estão sendo mobilizadas sobre a questão da insegurança, bem como quais as valorações que fazem sobre o âmbito da segurança privada. Por outra parte, temos realizado um conjunto de entrevistas em profundidade, com o intuito de explorar as concepções sobre a relação segurança-insegurança, as mudanças que tem feito na sua vida cotidiana, as práticas que vinculam o uso dos serviços privados de segurança e o consumo de dispositivos de securitização. Por fim, temos iniciado uma análise integrada dos resultados obtidos nos procedimentos empregados para caracterizar como é essa relação que combina a justificação das mudanças na cotidianidade e na paisagem urbana a partir do consumo de dispositivos de securitização em Pelotas e Rio Grande.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo das observações feitas nas cidades são possíveis indicar dois tipos de achados. O primeiro deles indica a existência de “marcas” associadas ao consumo dos dispositivos de securitização, principalmente, da *placa* que não apenas identifica ao prestador de serviços, mas que ela é a marca mais emblemática que dá conta tanto das transformações na paisagem urbana quanto das ressignificações dos imaginários da insegurança. Das antigas placas que apenas tinham o nome da empresa, o serviço oferecido e um telefone de contato, as mais novas empregam imagens que condensam medo e proteção, vigilância e violência, como dispositivo para coibir possíveis atuações contra o patrimônio que “marcam”, que dizem proteger. As imagens de medo e violência são mais usadas nas placas dos prestadores de serviços em Pelotas. Associado a isso, outro dado importante é a quantidade de prestadores de serviços que concorrem nas cidades. Nas áreas observadas em Pelotas temos registrado 39, enquanto em Rio Grande, 23. Tendo alguns deles que operam em ambas as cidades.

Figura 1. Placa - Pelotas, Centro. Fotografia própria. Figura 2. Placa - Pelotas, Centro. Fotografia própria. Figura 3. Placa - Rio Grande, Centro. Fotografia própria. Figura 3. Placa - Rio Grande, Centro. Fotografia própria.



De acordo com as respostas obtidas no questionário, a insegurança é associada à falta de liberdade para se movimentar na cidade, à falta de policiamento, ao medo, à impunidade e ao tráfico de drogas, o que concorda com

o fato de as pessoas terem cada vez menos confiança na segurança pública, na medida em que ela deixa de cumprir seu cometido. Porém, isso não significa que as pessoas confiem na segurança privada, apenas reconhecem que ele passa a ser uma necessidade que “ameniza” a situação da insegurança, mas não resolve.

Essas expressões são coincidentes com as dos entrevistados, que também tem-se manifestados preocupados pela falta de segurança e como isso lhes gera medo a perder sua vida e seu patrimônio. São cientes da crise da segurança pública no estado, mas mesmo assim não se consideram dependentes desse tipo de segurança, acreditando que os prestadores de serviços de segurança privada fornecem soluções mais ajustadas às necessidades da sua atividade comercial. Nesse sentido, os dispositivos de securitização que consomem caracterizam-se pela eficácia: ronda móvel permanente, escolta na hora do fechamento da loja, televigilância, e não manifestam preocupação pelos métodos empregados contanto garantam sua proteção. Reconhecem que esses serviços não resolvem a questão da criminalidade, mas oferecem garantias de maior proteção. Também consideram como “normal” a proliferação dos dispositivos de securitização junto à necessidade de mudar suas rotinas para se proteger, independentemente do que aconteça com outrem.

4. CONCLUSÕES

É plausível dizer que as cidades de Pelotas e Rio Grande tem mudado sua paisagem urbana, passando a ter nela incorporados um conjunto de dispositivos de securitização. Isto gerá uma normalização deles no espaço. Esse dispositivos são também as materialidades dos imaginários da insegurança, na medida em que eles expressam e geram efeitos associados ao medo, à vigilância, até à violência. Eles estão normalizados e são compreendidos como necessários. Isto é, é o certo consumi-los, tê-los, exibi-los, pois eles representam uma resposta à “guerra não declarada” que se livra contra a criminalidade. Neste ponto, estamos diante uma moralidade, pois é a sociedade a que está nos dando as pautas que devem guiar nossa cotidianidade. Concomitantemente, também mudaram os padrões que guiavam a vida cotidiana. Isso tem se manifestado nas alterações nas esferas pública e privada, gerando outras formas de sociabilidade mais restrinidas à esfera privada, quando não à íntima propriamente dita.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. X, n. 2, p. 299-342, 1995.
- GEERTZ, C. **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 1992.
- HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1994.
- LORENC VALCARCE, F. **Seguridad privada: la mercantilización de la vigilancia y la protección en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2014.
- LORENC VALCARCE, F. Vendendo segurança: a construção social dos mercados de vigilância e proteção na Argentina. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, on-line, 2012.
- MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.